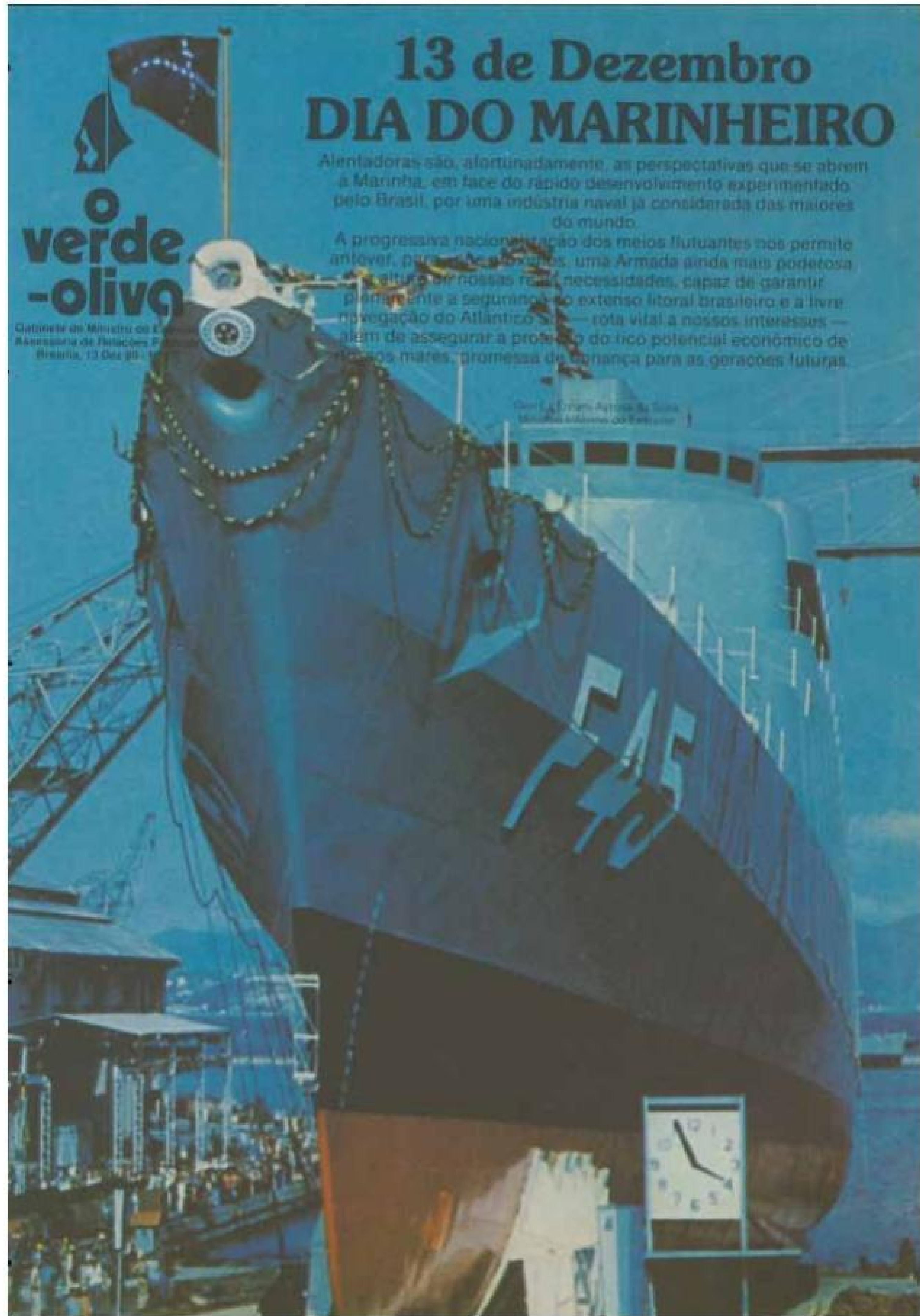

o verde-oliva
13 de Dezembro
DIA DO MARINHEIRO
Alentadoras são, afortunadamente, as perspectativas que se abrem à Marinha, em face do rápido desenvolvimento experimentado pelo Brasil, por uma indústria naval já considerada das maiores do mundo.
uma Armada ainda mais poderosa
necessidades, capaz de garantir
extenso litoral brasileiro e a livre
rota vital a nossos interesses —
do rico potencial econômico de
para as gerações futuras.

Saudação à Marinha

13 DE DEZEMBRO — DIA DO MARINHEIRO







Excelentíssimo Senhor Ministro da Marinha:

A data de hoje nos traz à lembrança a figura legendária do Almirante Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré, Patrono da Marinha de Guerra do Brasil, e, com ela, todo um passado de tradições e glórias de nossa mais antiga corporação militar.

Este é o motivo de encontrarmo-nos aqui reunidos, como fazemos todos os anos, reverenciando esse vulto singular de nossa História, numa festa que é, também, de congraçamento de nossas Forças Armadas.

Honra-me, sobremaneira, a deferência com que me distinguiu o Excelentíssimo Senhor Ministro da Aeronáutica, ao me fazer intérprete dos sentimentos dos companheiros da Força Aérea, nesta solenidade, ao mesmo tempo em que, como Comandante Superior do Exército, trago a palavra de solidariedade e apreço dos soldados de Caxias aos camaradas da Marinha, em seu dia maior.

País dotado de imenso litoral, particularidade que lhe confere uma acentuada vocação marítima, o Brasil nasceu do mar e nele teve, por séculos, um dos principais fatores de integração ao interligar seus centros de povoamento dispersos ao longo da reduzida faixa da costa.

Do mar vieram, também, as primeiras ameaças à nossa unidade territorial, representadas pelas tentativas de dominação estrangeira, que se frustraram, no entanto, diante da resistência bravia dos nativos, em lutas que sedimentaram a união das raças, conscientizando-as do valor de sua força e entreabrindo perspectivas para nossa futura emancipação política.

A importância do mar, evidenciada em todo o período colonial, ensejaria, tão logo instaurado o Império, a criação da Marinha de Guerra, como um dos instrumentos de afirmação da vontade nacional, e que seria empregada, com sucesso, já na redução dos focos de resistência lusitana ao grito do Ipiranga.

Merece registro a circunstância de que, no instante mesmo do despontar de nossa Força Naval, em conjuntura particularmente difícil, um jovem se fazia ao mar, atraído pelo irresistível apelo de uma vocação predestinada que o alçaria às culminâncias da carreira, e cujos feitos iluminariam, do alvorecer ao ocaso, os fastos do Império, e projetariam para a posteridade a imagem de Joaquim Marques Lisboa, como a do mais valoroso marinheiro de nossa Armada.

Seu nome ficaria, então, indissoluvelmente ligado ao da Marinha, pela atuação brilhante e desassombrada em todas as ações navais de que participou, durante o Império, e que teria sua consagração nas Guerras do Prata, onde comprovaria seu perfil de grande chefe militar.

As epopéias gloriosas vividas pela Marinha naqueles distantes idos, inúmeras para serem aqui rememoradas, estão indelevelmente escritas nos anais da História e os nomes de seus intrépidos protagonistas gravados no coração da Pátria. Tamandaré, Barroso, Inhaúma, Mariz e Barros, Greenhalgh, Marcílio Dias, entre outros, são símbolos da bravura e da coragem de nossos denodados homens do mar.

Nessas memoráveis campanhas, as forças navais e terrestres enfrentaram, lado a lado, o inimigo comum, arrostando solidárias as incertezas das lutas e os rudes percalços da guerra, em magníficas operações empreendidas conjuntamente, e cujos êxitos podem ser aferidos pelas vitórias alcançadas, fenômeno que se repetiria, quase um século mais tarde, na 2ª Guerra Mundial, quando nossas Forças Armadas, agora fortalecidas pela presença da Aeronáutica, ofereceriam, novamente, uma esplêndida demonstração de eficiência operacional e estreita cooperação na defesa de nossa soberania.

É confortador verificarmos que, também nos tempos de paz, o mesmo indefectível espírito de união está presente em nossas fileiras, no labor diário que devotamos à segurança da Nação.

Testemunhamos, hoje, uma crescente dependência do homem em relação ao mar, quer como via de transporte e fonte de bens econômicos, quer como campo de atividade militar, fato verificado no contexto mundial, e que amplia, de muito, a importância do Poder Marítimo, em nossos dias.

Alentadoras são, afortunadamente, as perspectivas que se abrem à Marinha, em face do rápido desenvolvimento experimentado pelo Brasil, com uma indústria naval já considerada das maiores do mundo.

A progressiva nacionalização dos meios flutuantes nos permite antever, para anos próximos, uma Armada ainda mais poderosa, à altura de nossas reais necessidades, capaz de garantir plenamente a segurança do extenso litoral brasileiro e a livre navegação do Atlântico Sul — rota vital a nossos interesses — além de assegurar a proteção do rico potencial econômico de nossos mares, promessa de bonança para as gerações futuras.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Marinha:

Este momento, de rara satisfação para nós militares, em que, irmanados pelos laços da mais sólida camaradagem, homenageamos, juntos, a figura admirável de Tamandaré e enaltecemos suas glórias, talvez seja propício a que, em respeitoso tributo à memória de nossos heróis — construtores e defensores deste grande País — reafirmemos a plena consciência que temos de nossas responsabilidades para com a Pátria.

Em verdade, avulta, no simples repassar de nossa História, o papel relevante desempenhado pelas Forças Armadas na formação e consolidação da nacionalidade, assegurando, sempre que a vontade soberana do povo assim o desejou, as transformações estruturais indispensáveis à modernização do País, bem como a adequação de suas instituições às novas realidades.

Explica-se, assim, por que mudanças de profundas repercussões políticas e sociais têm sido introduzidas na vida da Nação, sem comoções maiores, transformações que outros povos só lograram realizar à custa de duros sacrifícios.

Vivemos, desde 1964, por imposição do próprio povo brasileiro, um desses períodos de mudanças que, no estágio atual, busca a construção de uma autêntica democracia, estável e munida das garantias necessárias a fazê-la sobreviver às investidas dos inimigos de sempre.

Esta é a principal meta do atual Governo, absolutamente coerente com os princípios da Revolução e em perfeita consonância com as aspirações nacionais.

Cabe-nos, assim, fiéis à nossa destinação, assegurar, o que faremos sem tergiversações, as condições de ordem e de tranqüilidade imprescindíveis à realização dos objetivos governamentais, que visam, em sua essência, ao bem maior da Nação.

Não consentiremos, portanto, que a normalidade da vida do País seja perturbada pelos que, a pretextos diversos, mas com intuitos evidentemente inconfessáveis, afrontam o espírito fraterno de nossa sociedade, explorando as naturais contradições de classe, as dificuldades econômicas da hora presente, as divergências políticas e, até mesmo, o caráter místico-religioso do povo, para inocular em suas mentes os germes do ódio e da revolta — sentimentos estranhos ao ânimo cordial de nossa gente — tolerante e generosa por formação e tradição.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Marinha:

Os companheiros da Aeronáutica e do Exército, por meu intermédio, cumprimentam efusivamente os marinheiros de Tamandaré, na pessoa de Vossa Excelência, externando a expressão sincera de uma efetiva amizade que, nascida com nossas corporações, se consolidou ao longo de todos esses anos de convivência no serviço da Pátria, e se projeta para o futuro como afirmação de segurança e tranqüilidade para o Brasil.

Gen Ex Ernani Ayrosa da Silva
Ministro Interino do Exército

PODER NAVAL

ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

A Ilha das Cobras, onde está localizado o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), recebeu essa denominação no século XVI, já que, na época, a ilha não passava de um grande rochedo, coberto por densa vegetação. Anteriormente era chamada de Ilha da Madeira, pois dali originou-se a matéria-prima utilizada na construção de barcos e edifícios. Em tempos remotos, pertenceu aos frades beneditinos.

Em 1641, na parte elevada da ilha, foi construída uma pequena fortaleza, que tomou o nome de Forte de São José e, em 1711, durante a invasão francesa, foi esse forte ocupado por Duguay Trouin, que ali se instalou para bombardear a cidade.

O Arsenal de Marinha foi fundado em 29 de dezembro de 1763 por D. Antônio Alves da Cunha, Conde da Cunha, na restrita área que fica entre a elevação onde se encontra o Mosteiro de São Bento e o trecho da praia onde hoje está erguido o Edifício Almirante Tamandaré.

As atividades do Arsenal tiveram início com a instalação de um estaleiro nesse local e com a construção, entre 1764 e 1767, do primeiro navio de grande porte, com 64 bocas de fogo, que recebeu o nome de São Sebastião.

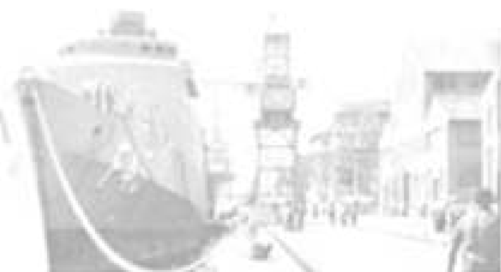
Um século após sua fundação, já se verificava a insuficiência do local em que se encontrava instalado. Situado entre o morro de São Bento e o mar, o Arsenal, que não dispunha de área onde pudesse ampliar suas oficinas, construir seus diques e ter seus paióis, começou então a expandir-se para a parte norte da Ilha das Cobras. O primeiro projeto para a instalação completa do Arsenal de Marinha na Ilha das Cobras, em 1858, teve sua execução adiada, em virtude da guerra do Paraguai. Somente em 1893 começou a ser novamente cogitada pelas autoridades navais.

Em 1910, na gestão do então Ministro Alexandrino de Alencar, novo projeto foi aprovado, sendo as obras iniciadas e paralisadas em 1914. Nesse projeto estavam incluídos a construção de um grande dique seco para os novos encouraçados, cais de atracação, oficinas e uma ponte ligando a ilha ao continente.

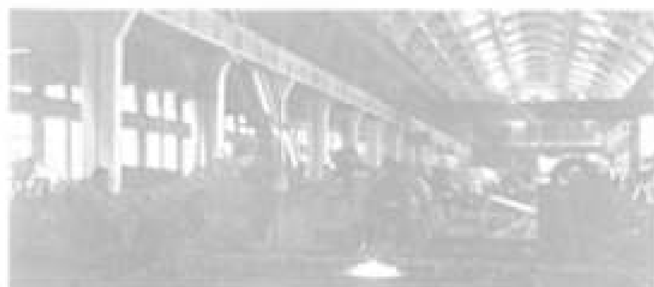
Em 1922, o projeto inicial sofreu sucessivas revisões, sendo finalmente aprovado em abril de 1928 pelo titular da Pasta, Almirante Arnaldo Pinto da Luz.

O período 1937/1950 foi, para o AMRJ, a época das grandes construções, quer no setor de obras civis, quer no de construções navais. No setor de construção naval podem ser citados: os três contratorpedeiros Classe M (Marcílio Dias, Mariz e Barros e Greenhalgh); seis navios mineiros Classe Carioca (Carioca, Cananéia, Camocim, Cabedelo, Caravelas e Camaquã) e seis contratorpedeiros Classe A (Amazonas, Araguaia, Ajuricaba, Acre, Araguari e Apa). No setor de obras civis, foram ultimadas diversas construções, instalações e ampliações.

Em 1955, foi iniciada a construção, no Arsenal, de três







navios Hidrográficos, próprios para levantamentos ao longo da costa. São unidades destinadas a fins técnicos e que exigiram construção mais apurada. Foram eles os navios Hidrográficos Argus, Orion e Taurus, que em seu processo de construção, em estrutura inteiramente de alumínio, marcava o início de obras em bloco.

No período de 1968, foi iniciada a execução de um programa elaborado para reequipar a Marinha, dotando-a de modernas unidades, a fim de garantir a segurança e soberania no mar. Dando cumprimento a esse programa, na parte atribuída ao Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, foram lançadas ao mar no dia 2 de setembro de 1974, a Fragata Independência e no dia 14 de março de 1975, a União, duas da série de seis em construção, estas no Brasil e quatro na Inglaterra.

As duas Fragatas — Independência e União — estão dotadas de câmaras à prova de radiações atômicas e possuem o que há de mais moderno em armamento anti-submarino: os mísseis IKARA.

Os aparelhos de comunicação rádio são, na maior parte, brasileiros, o que coloca em prática os planos para a nacionalização de equipamentos, facilitando sua manutenção. O sistema de propulsão das fragatas é uma combinação de 4 motores diesel e 2 turbinas a gás, estas só recentemente empregadas em algumas marinhas do mundo. A velocidade máxima a ser desenvolvida é de aproximadamente 30 nós. As duas Fragatas estão equipadas com Helicópteros.

O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, precedendo o cumprimento do programa das Fragatas, já havia executado uma primeira etapa do Plano de Renovação e Ampliação dos Meios Flutuantes, com a construção dos seis Navios-Patrulha Costeiros, o Piratini, o Pirajá, o Pampeiro, o Parati, o Penedo e o Poti, e dois Navios-Patrulha Fluviais, o Pedro Teixeira e o Raposo Tavares.

O programa de construção naval desenvolvido pelo Arsenal vem permitindo maior integração com estaleiros particulares que estão sendo utilizados para construções menos sofisticadas, possibilitando a implantação definitiva da construção naval no Brasil.

A MARINHA NA AMAZÔNIA



A Marinha do Brasil, através dos tempos, tem colaborado para a integração e o progresso da região amazônica.

Uma das primeiras providências nesse sentido foi a criação da Divisão Naval do Norte, em 1728, com a finalidade de impedir o estabelecimento de companhias de colonização estrangeiras e afastar os piratas da costa daquela região.

Aproveitando navios e instalações dessa Divisão, foi criada, em 1868, com sede em Manaus, a Flotilha do Amazonas, com maiores atribuições, tais como missões de patrulhamento do litoral e das hidrovias, além de vigilância das fronteiras interiores.





Entretanto, somente com a incorporação de navios mais modernos à Flotilha, foi possível uma atuação mais efetiva da Marinha naquela área, em virtude da confecção de cartas náuticas de praticagem, permitindo segura navegação em grande parte da bacia amazônica. Paralelamente, foram projetados e construídos navios especialmente equipados para realizar o patrulhamento do rio Amazonas e de seus afluentes, bem como para a permanente assistência médico-odontológica às populações ribeirinhas.

Dentro do Plano de Renovação e Ampliação dos Meios Flutuantes da Marinha, foram construídos cinco navios patrulha-fluvial, com características próprias para operar em rios de pouca profundidade, podendo atingir locais até então nunca alcançados por um navio da Marinha.

O Raposo Tavares e o Pedro Teixeira, de maior porte, são dotados de consultório médico-odontológico e enfermaria, equipados com helicóptero, o que permite um desempenho mais eficaz em missões de patrulha, bem como rápido acesso às populações ribeirinhas no atendimento a eventuais pedidos de socorro.

Os outros três navios - Rondônia, Roraima e Amapá - auxiliam e complementam os serviços prestados pelos primeiros, em virtude de seu poder de penetração às vias menos acessíveis a navios maiores.



Os serviços desempenhados por essas Unidades Navais, e eventualmente pelas Corvetas com sede na área do 4º Distrito Naval, têm grande significação para a Região Norte, sendo conhecidas como os "navios da esperança", prestando inclusive apoio a diversos órgãos da administração pública ali instalados, utilizando a principal via de comunicação - o rio - cooperando de maneira relevante para o desenvolvimento e segurança da Amazônia.

Visando dar o melhor de seus esforços em prol do progresso do Brasil, a Marinha, através de seus navios e estabelecimentos navais, está integrada no desenvolvimento de um intenso programa de valorização da Amazônia, sem descurar o cumprimento de sua missão básica, que é a segurança de nossas águas territoriais e interiores.

Diretoria de Hidrografia e Navegação



Com sede na Ilha Fiscal, na Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, a Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) é o órgão do Ministério da Marinha responsável pela segurança na navegação ao longo da costa e rios do Brasil.

São de competência da DHN: levantamentos hidrográficos e oceanográficos, sinalização náutica, elaboração de cartas náuticas e instalação, operação e manutenção de faróis e rádio-faróis.

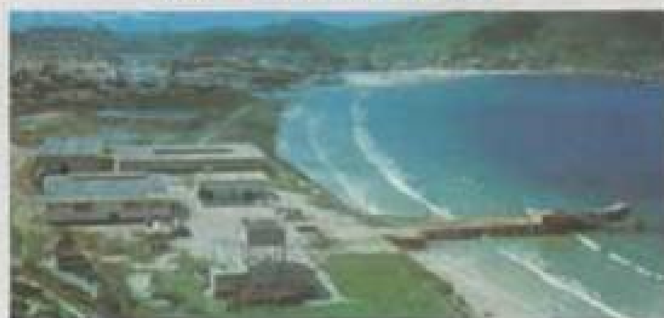
Além do famoso e conhecido "Aviso aos Navegantes", transmitido diariamente pela EBN, a DHN, através da Divisão de Meteorologia do seu Departamento de Geofísica, analisa cotidianamente observações meteorológicas, preparando e divulgando, via rádio, em português e inglês, boletins meteorológicos contendo amplas informações sobre as condições de tempo para a navegação no Atlântico Sul.

Cabe, também, à DHN, a representação do Brasil junto à "International Hydrographic Organization (IHO)" e à "Intergovernamental Oceanographic Commission (IOC)", o que a situa, mundialmente, como uma das mais conceituadas entre outras organizações congêneres, graças ao seu renome na esfera do intercâmbio nacional e internacional das informações hidrográficas, oceanográficas, meteorológicas e da cartografia náutica.

A Diretoria de Hidrografia e Navegação exerce um trabalho ininterrupto, no sentido de permitir o fluxo constante e seguro de embarcações e navios de toda natureza, na ligação permanente entre os diferentes portos — de Norte a Sul de nossa costa — onde quer que exista uma via com possibilidade de navegação. Para melhor desempenho de seu trabalho, a DHN mantém navios especializados em missões de levantamento hidrográfico, em contínua atividade, realizando, paralelamente, missões oceanográficas ou meteorológicas, bem como o levantamento, o estudo, a pesquisa, a montagem e a manutenção dos faróis e do balizamento, e a cartografia do litoral e das ilhas oceânicas, estendendo, por vezes, essa tarefa além dos limites do nosso mar territorial.



Instituto de Pesquisas da Marinha



Com sede na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, o Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM) é o órgão da Marinha do Brasil que tem por finalidade realizar, promover e incentivar pesquisas no campo científico-tecnológico e setores correlatos, com o propósito de atender interesses diretos ou indiretos, do Ministério da Marinha.

Criado em 1959, desenvolve suas atividades em dois ramos especificamente estabelecidos.

O primeiro, puramente científico, está voltado para o mar, objetivando conhecê-lo melhor, com vistas ao máximo aproveitamento dos recursos que o mesmo poderá proporcionar ao Brasil.

O outro, no setor tecnológico, trata do aperfeiçoamento de fórmulas já preconizadas e estudo de novas soluções para problemáticas de caráter naval, desenvolvendo novos equipamentos, materiais, processos, técnicas e sistemas, para uso na Marinha do Brasil.

Ocupando-se de extensa e intensa gama técnico-científica, o IPqM vem realizando, entre outros, importantes projetos, tais como: Desenvolvimento de Terminal para Comunicação e Navegação Marítima via Satélite; Construção de uma Estação de Acústica Submarina; Aperfeiçoamento de Bóias Oceanográficas de Sinalização Náutica; Desenvolvimento de Novas Armas de Emprego Militar; Pesquisas no Campo da Oceanografia Física e Fenômenos ligados à Ressurgência; Pesquisas no Campo da Biologia Marinha; Projeto de Concentrado Protéico, a partir de produtos do mar; Estudos de Alternativas de Fontes de Energia, como: Energia Solar, Energia Eólica e Energia Oceanotérmica e Processos de Bioconversão (Projeto Baronesa) aplicados à Produção de Combustível.

Processando amplo intercâmbio de informações com congêneres nacionais e internacionais, aprimorando técnicas e promovendo condições de pesquisas e recursos tecnológicos, não restritos somente aos aspectos militar e naval, mas atendendo também ao âmbito global de interesse brasileiro, o IPqM vem empenhando-se integralmente no seu propósito de "Trabalhar para o Futuro", sentido essencial e real de toda e qualquer pesquisa no plano científico.

No corrente ano, em cooperação com a Universidade do Amazonas, instalou o primeiro Digestor Popular de Metano na fazenda Redenção, no rio Autaz-Mirim, na Amazônia.

O IPqM forneceu os dois protótipos utilizados nesta experiência que tem como finalidade a implantação de um Programa de Disseminação de Digestores de Biogás entre os habitantes daquela extensa região.

Um dos digestores foi abastecido com estrume de gado, para produção de gás combustível, o gás Metano, que é o mais simples dos hidrocarbonetos, podendo ser utilizado em fogões, geladeiras, motores estacionários e, inclusive, na geração de energia elétrica.

No segundo Digestor a biomassa utilizada é o "muriru", vegetação aquática abundante na região e, comprovadamente uma boa matéria-prima para a produção de gás. Posteriormente, a Universidade do Amazonas ampliará a experiência, utilizando desta feita o capim "membeca" e mesmo o "muriru" que está catalogado pelo IPqM com a denominação de "aguapé" e vem sendo empregado para a produção de energia e como subproduto para sensoramento e combate à poluição, produção de fertilizantes e alimento para o gado e peixes.

O gás, produzido no interior, será uma fonte alternativa relativamente barata, sem sofisticação e sem exigência de profundos conhecimentos técnicos. Com a implantação do Programa de Disseminação de Digestores de Biogás, a Universidade do Amazonas estará contribuindo para a fixação do homem no campo, e ao mesmo tempo, melhorando a qualidade do nível de vida nas zonas rurais.

O EXÉRCITO N

PARLAMENTARES VISITAM





A Amazônia brasileira, coberta por 260 milhões de hectares de floresta, abriga 78% do conjunto das florestas existentes no País e corresponde a 30,5% do território nacional.

Sem prejuízo de sua atividade-fim — segurança — o Exército, em comunhão com as Forças irmãs Marinha e Aeronáutica, vem realizando ampla atividade pioneira "nos riscos remotos da fronteira, onde só o patriotismo fixa o cidadão e o soldado. Abrindo clareiras, afastando a árvore, para implantar o homem. Reeditando as bandeiras de povoamento e de colonização, incorporando os vazios demográficos ao corpo físico da Pátria".

O Ministro do Exército, Gen Ex WALTER PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE, ao convidar representantes do Congresso Nacional para uma viagem à Amazônia, teve o objetivo de possibilitar àqueles parlamentares a oportunidade de conhecerem "in loco" o Exército Brasileiro sob os mais variados ângulos de suas atividades: como guardião de nossas fronteiras e, ao mesmo tempo, como elo de entrelaçamento com os países vizinhos; como desbravador da selva amazônica e, ao mesmo tempo, como fator de integração e desenvolvimento nacional; e, ainda, como fator de segurança em áreas de condições adversas.

Visou ainda a viagem aprofundar os conhecimentos dos visitantes sobre a terra, o povo e as Forças Armadas do Brasil, e também para estreitar — cada vez mais — os laços fraternais que unem o cidadão civil e o seu irmão, o cidadão fardado.

A comitiva, tendo à frente o Dep ERASMO DIAS, Presidente da Comissão de Segurança da Câmara, decolou de Brasília em avião da FAB no dia 21 Out 80, e teve seu primeiro contacto com a Amazônia em Porto Velho, RO, onde foi recepcionada pelo Cmt 3º Gpt Fron, Gen ÂNGELO BARATTA FILHO. Ali foram expostos e debatidos os trabalhos desenvolvidos e as dificuldades enfrentadas por aquela GU e pelo 5º BEC.

A segunda escala da viagem foi em Cruzeiro do Sul — AC, onde o 7º BEC executa importante missão na construção e conservação de estradas pioneiras.





A AMAZÔNIA
GUARNIÇÕES DE FRONTEIRA







Em Tabatinga, AM, causou impacto positivo o adestramento da tropa do CFSol/1º BEF, o aquartelamento impecavelmente conservado, e a vibração de seu Comandante, Oficiais e Praças. Houve, ainda, a visita ao Centro de Treinamento Profissionalizante; ao Colégio Pedro Teixeira, que tem em seu quadro docente militares do CFSol; e ao "Projeto Casulo", onde cerca de 400 crianças carentes recebem duas refeições básicas balanciadas.

No 4º Pel Fron, em Cucuí, impressionou o espírito de brasilidade, a união de oficiais e praças em torno de seu jovem Comandante, a satisfação e a convicção da prestação de um grande serviço à Pátria, em contraste com um isolamento físico quase incomensurável.

Sobre a selva amazônica, entre Cucuí e Boa Vista (RR), verificou-se uma substancial diferença nas características do terreno que, mesmo a grande altura, era visivelmente montanhoso, com elevações de grande porte, e já nas proximidades da capital de Roraima destacavam-se os campos, que lembravam os pampas gaúchos.

No Território Federal de Roraima ficou evidenciada a importância dos trabalhos desenvolvidos pelo 2º BEF e 6º BEC, principalmente pela configuração do binômio segurança/desenvolvimento.

Finalmente, em Manaus, foi realizada uma visita ao CIGS, cujo realismo, cunho prático e eficiência do ensino ali ministrado, associada à demonstração de instrução da tropa no 1º BIS, com pista de aplicação e tiro de várias armas, culminando com a palestra do Cmt CMA, Gen Div LEÔNIDAS PIRES GONÇALVES, possibilitaram aos parlamentares uma visão real da operacionalidade do combatente de selva e o "trabalho estradeiro" desenvolvido pelos Batalhões de Engenharia de Construção. "De um Exército guerreiro, mas, humanizado, armado também de livros na mais avançada fronteira da paz e do desenvolvimento. A farda, a esculpir o cidadão do futuro, mestre escola em verde-oliva, ensinando o Brasil a soletrar o progresso, nos confins da Pátria, abraçando o índio, dando-lhe o pão da cultura, iluminando-o com o sol da escola".

